



Processo n.º: 3.872/2015-e.

Jurisdicionada: Ministério Público junto ao TCDF.

Assunto: Representação

Ementa: Representação n.º 03/2015-MF, oferecida pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTCDF, versando acerca de possível irregularidade em pagamentos de pessoal efetivados com fundamento nos arts. 20 e 21 da Lei n.º 5.195/2013, que teve por objeto a reestruturação da Carreira de Planejamento e Gestão Urbana e Regional do Distrito Federal. Admissibilidade. Decisão n.º 507/2015: Conhecimento da Representação e sobrestamento dos autos, até o julgamento da ADI ajuizada pelo MPDFT, cujo teor abrange os artigos legais questionados na Representação do MPJTCDF. Pedido de Reexame interposto pelo MPJTCDF. Decisão n.º 1.773/2015: Conhecimento do Pedido de Reexame. Despachos Singulares n.ºs 619 e 679/2015-GCAM: Fornecimento de cópia dos autos aos interessados. Decisão n.º 5.941/2015: Provimento ao Pedido de Reexame em razão do trânsito em julgado da ADI n.º 2015.00.2.005517-6 e levantamento do sobrestamento dos autos para análise de mérito da exordial. Ingresso de pedido de habilitação aos autos formulado pela Associação dos Servidores dos Sistemas CAU e CONFEA da Administração Pública Direta e Indireta do Governo do Distrito Federal – ASSICCADI. Decisão n.º 1.288/2016: Determinação de diligência. Ingresso de requerimento de cópia integral dos autos formulado pelo Sr. Antônio Marcos Ramos de Moraes. Despacho Singular n.º 485/2016-GCIM: Concessão. Despacho Singular n.º 511/2016 – GCIM. Remessa dos autos ao MPJTCDF, em atenção a despacho da Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe/TCDF. Requerimento de cópia integral dos autos a partir da Decisão n.º 1.288/16, formulado pelo Sr. Leonardo Guimarães Moreira. Despacho Singular n.º 590/2016 – GCIM. Determinação de prazo para juntada de documentação comprobatória da legitimidade do interessado. **Nesta fase:** ausência de manifestação do requerente. Rejeição *in limine* do pedido. Remessa dos autos ao MPJTCDF, em atenção a despacho da Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe/TCDF

DESPACHO SINGULAR N.º 61/17 – GCIM

Por meio do expediente de peça eletrônica 69 (e-DOC 12C59F26-c), protocolado nesta Corte de Contas em 21.11.2016, o Sr. Leonardo Guimarães Moreira requereu cópia dos autos a partir da Decisão n.º 1.288/2016. Tendo em vista a necessidade de se comprovar sua legitimidade para o quanto requerido, foi-lhe determinado que apresentasse, no prazo de 10 (dez) dias, elementos comprobatórios, a teor do disposto no art. 117, § 2º, do RI/TCDF.

O requerente quedou-se inerte, contudo. Daí porque rejeito *in limine* o pedido feito. Dessa forma, dando continuidade à instrução processual, remeta-se o processo ao Ministério Público junto ao TCDF, para cumprimento dos fins escoimados no despacho constante do e-DOC DD19ED27-e.

Brasília (DF), 25 de janeiro de 2017.

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator